

<http://dx.doi.org/10.48005/2237-3713rta2022v11n3p5968>

Direitos humanos, transformação social e o situar de vivências arquivísticas: explorando as possibilidades e expandindo os limites*

Human rights, social transformation and the situation of archival experiences: exploring possibilities and expanding outskirts

Luiz Carlos da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
luizarquivologia@gmail.com.br

Marcelo Calderari Miguel

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
marcelocalderari@yahoo.com.br

RESUMO

A Arquivística é uma área cativante e motivadora de conhecimento. Isso se justifica por diversos motivos: o serviço arquivístico visa envolver a competência em informação para públicos em vulnerabilidade social, a busca por uma formação continuada, as maneiras de democratizar o acesso à informação que frisam que a pessoa arquivologista se insere na cultura do privilégio. Merece destaque o fato de que o fazer profissional da arquivística perpassa todas as demais áreas do conhecimento, colaborando na organização e disseminação das informações produzidas em quaisquer campos científicos, o que viabiliza, naturalmente, a aquisição de conhecimentos variados por parte do recém-formado arquivista. A partir dessa afirmação, este artigo relata a participação do recém-formado arquivista no curso de 'Direitos Humanos para Transformação Social'. Discorre que profissionais da área de ciências sociais aplicadas encontram boas oportunidades ao se especializar nesse campo. Ao final, se atestam as contribuições da experiência, mencionando os benefícios alcançados na construção de uma linguagem mais humanizada – o homem transmite essa linguagem, cria sentido, comunica, prospectando a construção da paz e a defesa da vida nas comunidades.

Palavras-chave: Arquivos públicos. Ciência da Informação. Capacitação em Direitos Humanos. Memorial Agenda 2030. Tecnologias digitais da informação e comunicação.

ABSTRACT

Archival Science is a captivating and motivating area of knowledge. This is justified for several reasons: the archival service aims to involve information competence for socially vulnerable audiences, the search for continuing education, ways to democratize access to information that emphasize that the archivist's is inserted in the culture of privilege. It is worth mentioning the fact that the professional work of archival science permeates all other areas of knowledge, collaborating in the organization and dissemination of information produced in any scientific field, which naturally enables the acquisition of varied knowledge by the newly graduated archivist. Based on this statement, this article reports the participation of the newly graduated archivist in the course on 'Human Rights for Social Transformation'. It argues that professionals around applied social sciences find good opportunities when specializing in this field. At the end, the contributions of the experience are attested, mentioning the benefits achieved in the

* Received 14 January 2023; accepted in 27 January 2023; published online 06 February 2023.

construction of a more humanized language – man transmits this language, creates meaning, communicates, prospecting the construction of peace and the defense of life in communities.

Keywords: Public Archive; Information Science; Training in Human Rights; Memorial Agenda 2030; Digital information and communication technologies.

1 INTRODUÇÃO

O diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornasse simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 45).

Construir a vivência profissional e pessoal com talento representa um longo processo, permeado por um conjunto de atividades, decisões complexas e sociabilidades. O percorrer das trilhas da educação continuada, do desenvolvimento profissional e a aprendizagem ao longo da vida é um processo educacional, que é um componente essencial para sucesso das pessoas e das instituições.

O encontro desses profissionais traz à pauta fatores influentes para se pensar a arquivística como esferas sociais e dinâmicas. É bem evidente que o recém-formado arquivista engajado nessa missão tem um campo de atuação amplo. É claro que outros fatores também se manifestam, mas, de qualquer forma, defendemos a tese de que preservar o cunho liberal e humanista da profissão, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana é o maior legado para o desenvolvimento e sucesso de um profissional argumenta Miguel (2022).

Assim, o presente relato de experiência comunga da ideia de uma arquivística social, crítica e progressista. A satisfação pode desencadear novas oportunidades para recém-formado arquivista s escolares, principalmente, provocando o aperfeiçoamento do indivíduo, na medida que ele busca ampliar seus conhecimentos e, para isso, a dedicação a capacitação é de fundamental importância e interfere, intensamente e diretamente na nossa práxis como meio de formação humanística e humanização (MIGUEL, 2022).

Diante desse painel é preciso desmistificar certos preconceitos a respeito de muitas profissões, sobretudo quanto a essa área da arquivística que muito evoluíram nas últimas décadas e, que abundantemente podem contribuir para o desenvolvimento social da nação. Se de um lado a informação e as práticas arquivísticas datam de tempos imemoriais, cotidianamente englobam a integração inter e multidisciplinar para se reinventarem diante dessas tecnologias que prosseguem. Assim, frisa a fala de Costa e Lima (2012) ao conferir que essa profissão [sendo o Arquivista é o profissional de nível superior, com formação em Arquivologia, que organiza, planeja, gerencia e disponibiliza os documentos e as informações] é uma das mais importantes que se pode imaginar.

Nesse patamar, pode-se falar que a Arquivística encanta mundos e sujeitos. Cativa, principalmente àqueles que se colocam a serviço da disseminação da informação e geração de conhecimentos, no intento de materializar uma sociedade democrática e cidadã (ANNA, 2017). O pesquisador ainda cita que a serviço da sociedade, uma postura democrática, dialógica e pautada na pesquisa e consolidando práticas de ensinar aprendendo se erguem no âmbito da arquivística .

A partir dessas considerações, este relato objetiva relatar as principais atividades observadas pelo recém-formado arquivista s escolares, que participaram do curso de Direitos

Humanos para Transformação Social, no primeiro semestre de 2022. O conteúdo do treinamento foi desenvolvido pelo Ministério de Relações Exteriores da Noruega e o Conselho para Cooperação Internacional da Suécia. Assim, o material utilizado no curso foi produzido com ajuda de grupos em diversos países, tais como Egito, Quirguistão, Jordânia, Tanzânia, Índia, Sri Lanka e Nigéria, além de países europeus onde se aborda o paradigma internacional de Direitos Humanos da ONU. Vejamos a seguir algumas práticas e momentos trilhados no decorrer dessa trajetória de aprendizagens mútua - num processo construído e reconstruído continuamente.

2 UM BREVE DISCURSO TEÓRICO

A aprendizagem não se inicia com a formação dentro da academia de ensino superior e em espaço de Educação formal. Ao contrário, a aprendizagem é iniciada na socialização primária/secundária, passando toda a vida universitária e profissional, considerando a necessidade de educação continuada demandada pelo mercado de trabalho da atualidade (MIGUEL, 2022)..

Sendo assim, Freire (2006) corrobora ao apontar que a interação entre o fazer docente e o aperfeiçoamento profissional, como também defende a necessidade de reconhecimento acerca dos papéis exercidos por discentes /docentes, ao situar três pilares imprescindíveis que devem sustentar a prática docente, que são: 1 - consciência de si e do outro; 2 - a corporificação do “eu social” (ser democrático); e 3 - a instrumentalização do fazer profissional (conhecimento teórico-prático).

No contexto institucional sabe-se que, em nosso planeta, com a tecnologia cada vez mais reduzindo as distâncias e facilitando o acesso à informação/serviços. Por outro lado temo atores em nosso País e em todo o mundo que continuamente representam uma ameaça notadamente às pessoas mais humildes para que não usufruam dos direitos humanos básicos:

Estes são direitos universais que protegem indivíduos e grupos contra ações que possam interferir em suas liberdades e dignidade. Ou seja, [...] Uma das características dos direitos humanos é o seu caráter coletivo. É a alteridade influenciando as formas como se estabelecem as relações sociais entre povos de uma mesma cultura e também de maneira intercultural. Busca-se, por conseguinte, validar as garantias fundamentais humanas contra todo e qualquer tipo de violação [...]. Sempre que ocorrem atrocidades em escalas mundiais, como atos terroristas, chacinas ou mesmos crimes bárbaros que ganham grande comoção pública, os debates sobre os direitos humanos vêm à tona e, ganham ainda mais destaque. O tema ultrapassa, assim, os espaços acadêmicos e jurídicos alcançando as mais diferentes camadas populares. Romper com alguns mitos e preconceitos torna-se de suma importância, considerando a relevância dessa questão para o bem-estar comum. Afinal, reconhecer o seu valor é respeitar a diversidade e às diferentes configurações de modos de ser e de gestar a vida humana (SOUZA, 2019, p.1).

Ainda mais quanto às camadas mais pobres da sociedade da América Latina são profundamente afetadas. Nesse contexto, as bibliotecas, os arquivos e os museus tem um desafio natural, porém, a escassez de recursos dificulta tudo. Nesse cenário tem grande importância a questão de documentar violações dos direitos humanos – portanto, é direito e dever de todo cidadão denunciar violações aos direitos humanos. Isso vem ofertar melhorias no modo de agir (transformar) e se pensar em políticas públicas, conforme cita Miguel (2022).

As violações dos direitos humanos devem ser documentadas para se resolver processos de ocupação e conflitos em torno dos povos indígenas, dos negros, da migração e imigração,

da desigualdade social e de diversas outras possibilidades que não se abre para a visibilidade das pessoas com deficiência, das populações em situação de rua, a vulnerabilidade das pessoas idosas, das pessoas em restrição de liberdade, da população LGBTQIA+, dos povos e comunidade tradicionais (ciganos, quilombolas, indígenas e outras comunidades) e das crianças e adolescentes. Assim, todos têm a ganhar (MIGUEL, 2022)..

3 MÉTODO DA PESQUISA

A experiência relatada neste texto refere-se a um relato de experiência, realizada por recém-formado arquivista, atuante como pesquisador na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Trazer o tema Direitos Humanos para Transformação Social pode parecer capcioso, mas central, no atual momento político do Brasil – o país foi incluído em *ranking* de países onde a situação dos direitos humanos é considerada ‘preocupante’ e o Comitê de Direitos Humanos da ONU encaminhou alguns documentos com questões tenebrosas (por ameaças à democracia e aos direitos humanos) no governo Jair Bolsonaro (CHADE, 2022).

Neste estudo, o interesse é compreender o desenvolvimento pessoal dos participantes, recontá-lo e reconstituí-lo, a ponto de identificar as experiências que o influenciaram. Por esse motivo, a narrativa na forma de história de vida e de formação foi a via que permitiu relatar a experiência, reconstruindo os sentidos, dá significado a temática da capacitação que converge em diálogos e conexões interdisciplinares.

O fio condutor que estabelece, que sustenta a análise, perpassa por experiências acontecidas na formação e o significado que agora adquiriram para o narrador. Os trechos vivenciados e relatos são uma forma de autointerpretação, de compreensão e de expressão que levaram a uma compreensão de como deram sentido ao que fizeram (BOLÍVAR; DOMINGO; FERNÁNDEZ, 2001).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: CONTEÚDOS ABORDADOS E ATIVIDADES

Constata-se que o curso de capacitação aborda assuntos necessários à historicidade das práticas arquivísticas em unidades de informação, sejam elas físicas ou digitais. Especificamente, a capacitação viabiliza aos participantes a possibilidade de conhecerem as estratégias para documentar a violação aos direitos humanos. Destaca-se que um dos principais objetivos de um profissional da informação é contribuir no planejamento de recursos informacionais e mediar informações em todas as dimensões da vida e assim:

No nosso entendimento, a vida se reparte em quatro fases, vividas nos seguintes períodos: dos 0 aos 30 anos, 31 aos 60 anos, 61 aos 80 anos e a dos 81 aos 100 anos, esta última chamamos de “quarta idade”. Mas a vida não é só o corpo ou o espírito, ela pode ser pensada sob seis dimensões que seriam: “física” (corpo humano); “intelectual” (conhecimento); “emocional” (controle dos sentimentos); “social” (relação com o nosso exterior); “afetivo” (relação com as outras pessoas); e o “espiritual” (relação com as forças e energias sobrenaturais). Percebemos que estas dimensões atingem os seus ápices em diferentes momentos da nossa existência (NASCIMENTO; CULLETON, 2014, p. 1).

Assim, a documentação dos direitos humanos envolve a organização e disseminação da informação, tendo em vista, incorporada aos acervos das unidades de informação, os itens: matérias produzidas, relatos orais, imagens e outros tipos possíveis de recursos. Frisa-se que a

democracia atual, para ser consolidada, precisa fazer justiça às todas as pessoas de ontem e de hoje.

Isto envolve atividades realizadas no decurso da atuação como profissional ou não, as diversificadas os direitos de sujeitos e grupos socioculturais considerados diferentes do ponto de vista de suas características étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, religiosas, entre outras, como apontam Fernandes e Candau (2022). E assim a aprendizagem em grupo oportuniza a possibilidade de pensar (com abertura e descobrimento) nossas vivências, estimulando diversas dinâmicas em que os participantes dramatizaram situações em que ocorrem violações aos direitos humanos. Nessas diretrizes, se torna imprescindível reportar que:

No cenário de formatação de políticas públicas para o cumprimento das metas dos ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] que sejam verdadeiramente emancipatórias, interliga os direitos humanos de forma consistente, em prol de efetiva transformação das estruturas de dominação, e [...] A educação para os direitos humanos, em perspectiva libertadora, tem papel fundamental para a emancipação social. Reúne dimensões de diversas escalas, unidas sob o prisma da intersubjetividade e da resistência às relações de poder. [...] aprofundado o olhar sobre a concretização dos direitos humanos, compreendidos a partir do processo histórico de construção e ampliação dos espaços de liberdade e igualdade para todas as pessoas, sobretudo para grupos vulnerabilizados, com ênfase na superação da desigualdade (SOUZA, 2021, p. 6)

Sendo assim, foi solicitado aos participantes pensarem em palavras que sinalizem para a questão “o que precisamos para viver a vida feliz?”. Nessa dinâmica busco interpretar valores socialmente diferenciados para a visão da vida, realizando um exercício de alteridade (agir com empatia, respeito e tolerância). No momento posterior, foi aberto espaço para a escuta ativa – que é quando, durante o diálogo, quem ouve volta toda a atenção para o diálogo exclusivamente e, assim, mantém a conversa eficiente, possibilitando compreender todas as falas do outro colega sem interrupções.

O mediador da capacitação solicitou também a leitura de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Essa atividade, dando sequência a anterior, sendo uma etapa transformadora para a concepção de um mundo melhor, alocamos a palavra sobre o que ‘precisamos para viver uma vida feliz’ em uma mesa que continha 30 folhas, da qual com um artigo da DUDH. Tudo (os *post-it notes* as expressões da vida feliz) foi alocado nessas folhas da DUDH – o seja ela contempla nossos anseios e dessa forma foi elaborada com a participação e lutas de muitas pessoas e autoridades.

Não resta dúvida de que a leitura básica da DUDH representou uma das maiores exigências para reflexão de alocar nossos anseios, acompanhada também da leitura da reflexão e ligame entre os artigos expressos da DUDH. Como estratégia de motivação da leitura todos os trabalhos em grupos e roda de conversa, foram a estratégias para desenvolver a competência informacional nos participantes, além do espírito crítico em argumentar as ideias.

Assim, questões problematizadoras sobre as DUDH eram levantadas e os interagentes eram motivados a encontrar soluções práticas, no intuito de tornarem-se capacitados a tomar decisões, atividades afins atreladas ao *brainstorm* (chuva de ideias) e ao *empowerment* (empoderamento) – a ação social de participar de debates que visam potencializar a conscientização civil sobre os direitos sociais e civis.

A relação letra da lei e a prática cotidiana, também foi essencial nessa capacitação, visto que seu objetivo é projetar a competência em informação. Para tanto, consolidou-se outras atividades envolvendo a classificação de frequência, amplitude e gravidade das violações. Assim, se a vida feliz é uma questão de identidade, observa-se que violar direitos também é violar a identidade de alguém – formas de preconceitos e discriminação, expressam bem essa esfera em que se priva alguém de sua felicidade, pode-se atribuir a essas práticas o senso de violência.

Visando aprimorar as atividades práticas, com vista a visualizar na prática os processos recomendados pela DUDH na concretização no âmbito real, debateu-se a necessidade de notificar as violações aos direitos humanos – a matriz de violação estabelece três interfaces que são: i) preconceitos, ii) privações, e iii) violências. O registro paralelo situa a frequência, campo e gravidade.

Em síntese, mostrou-se que no Brasil o debate dos DUDH foi tardio tanto na participação como na adoção, afinal o país vivenciou o regime militar (1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares) sem quaisquer aberturas aos debates dos direitos, e assim totalmente aparte do cenário global, se projeta (e introjeta), avançados nas concepções de humanidade. Nesse cenário, observa-se que:

Assim, passa-se a uma compreensão estreita de que os direitos humanos simplesmente se tornaram um mínimo denominador comum de direitos, que muito pouco enfrenta a sua verdadeira essência que é a grande luta contra a opressão e as injustiças que afetam a humanidade em termos globais, opressão e injustiças criadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. [...] Não há que se discordar que a linguagem dos direitos humanos se tornou hegemônica global. Entretanto, o grande desafio é saber se essa linguagem poderá ser usada de forma contra-hegemônica, possibilitando que as grandes lutas contra a opressão e as injustiças tenham, de fato, efetividade; e que a dor humana, que é parte natural de populações vulneráveis, possa ser extirpada, criando um mundo onde prevaleça valores como a justiça, a dignidade e a equidade (OLIVEIRA; VIANNA; SCHÜTZ; TELES; FERREIRA, 2019, p. 9).

Importante destacar, que a prática de mediação da informação no curso de capacitação foi diversificada, de um modo geral estiveram pautadas no método estabelecido por Freire (2006, p. 67), haja vista desenvolver uma prática educativa conduzida pelo diálogo e pela aprendizagem compartilhada, posto que a educação “dos novos tempos deve ser comprometedor e libertadora”. Portanto, as práticas de mediação informacional tornavam-se mais dinâmicas e flexíveis no decorrer da capacitação, de modo a motivar os participantes a participarem das atividades, sentindo-se comprometido com a temática, ou seja, como dizia Freire (2006), tanto os discentes quanto o professor, são vistos como partícipes do processo de produção de conhecimento.

A capacitação (como curso de extensão) vem sustentando vastos diálogos e aprendizagens, pelo compartilhamento de informações e pelo respeito, busca consolidar uma prática democrática de ensino, tal como alega a obra de Freire (2006). Atrelado a isso, os interagentes realizaram atividades coletiva (em grupos), e os resultados e reflexões foram socializadas no salão do Cebi – ES (centro de Vitória), por meio de rodas de conversa como forma de interação.

Figura 1 – Atividades do Curso de Direitos Humanos para Transformação Social



FONTE: os autores, Vitória, Cebi-ES, sábado 25 jun. 2022.

Em virtude desse intercâmbio entre participantes e mediado pelo (professor da Faculdade Unida de Vitória), o curso de capacitação mostra que aprender é buscar o ensino contínuo, e (re)procurá-lo. Assim, Freire (2006, p. 15) alegou é ensino “porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquisa para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

No caso específico da experiência aqui relatada, para que as atividades oferecidas pela capacitação alcançassem o objetivo maior, que era proporcionar a fluidez de ideias, além de despertar para a prática da pesquisa, compartilhamento de informações e autorreflexão, em consonância com a realidade que cerceia os DUDH.

Todavia, atrelado a essas atividades, outros debates e conversas foram realizados, por conseguinte, outros recursos também foram utilizados, com destaque especial para as leituras, compartilhamento de fotos, diálogos nas redes sociais para mostrar que a DUDH não é uma utopia e nem é uma dimensão incipiente da vida, mas algo que é criado, organizado e multipolarizado por tecnologias de poder. Sendo assim é possível destacar que:

Nossa vida é nosso mundo. Estamos aí como imersos na vida. Podemos nos sentir como que aprisionados ou soltos, impelidos a lutar ou resignados, fortunados ou desventurados. Podemos nos revoltar contra este fato ou podemos nos alegrar com ele. Contudo, do fato inexorável de que estamos vivos e de que tudo aquilo que fazemos é sempre um ato de responsabilização por este mesmo fato - disso não podemos nos evadir. Mesmo um ato de evasão da vida, um ato contra a vida é já um ato a partir da vida, o ato de um vivente. [...] Nossa vida é o mundo no qual vivemos. Dizemos que a vida corre. Não podemos deter o tempo da vida. O fluir da vida é constante. Mas nossa vida só é vida enquanto vive em um mundo. A vida encontra em cada momento de seu decurso um certo quê do mundo. Ela é a cada momento o acontecer do mundo. A vida não se encontra fora do mundo e o mundo fora da vida, como um espaço vazio que precisa ser preenchido. A vida vive sempre de algum modo em seu mundo. O mundo só é mundo a partir do acontecimento da vida (FERNANDES, 2010, p. 40-41).

Destarte, em consonância com o relato de Anna (2017, p.) também podemos “ênfatizar que, o desenvolvimento de capacidades e habilidades de pensar e aprender estruturados dentro de um ambiente adequado é necessário para promover mudanças e inovações, levando a uma melhoria significativa” dentro e fora das paredes corporativas.

Em um contexto de educação democrática, o recém-formado arquivista precisa analisar as circunstâncias a ambiência das tecnologias digitais da informação e comunicação e, com base em uma medida estratégica, contínua e segura deve assegurar a melhoria de serviços e das unidades de informação em prol da cidadania, do DUDH e do direito à informação — considerado um direito fundamental numa sociedade democrática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto relata a participação de recém-formado arquivista s escolares na Capacitação em Direitos Humanos, considerando o contexto ou circunstâncias a que se manifestou, a experiência de participar do Curso para Transformação Social, uma ação promovida pela Faculdade Unida do município Vitória e tem o objetivo de capacitar os agentes sociais para agirem, dentro de suas realidades locais, no enfrentamento dos desafios socioeconômicos da sociedade brasileira contemporânea.

Os conteúdos abordados e as atividades de mediação envolvem a defesa dos direitos humanos e dos princípios cristãos. Optou-se por utilizar, ao longo do curso compartilhamento de informações e motivando os participantes para ação, além de desenvolver conteúdos para autorreflexão e crítica da realidade, de modo a interferir na postura do profissional frente ao mercado de trabalho. Assim, essa experiência com a capacitação (curso livre e presencial) visa treinar os interagentes e, capacitá-los para agirem em seus contextos locais no enfrentamento dos desafios socioeconômicos de suas regiões.

Por meio desse método, percebeu-se, ao final do curso de capacitação, a satisfação de demais participantes em desenvolver as atividades propostas, como também observou o engajamento com as atividades investigativas, aumento da capacidade inovadora, argumentativa e decisória, fato esse que confirmou a importância das práticas de mediação da informação na formação pessoal dos sujeitos envolvidos. Como prova dos esforços despendidos no Centro de Estudos Bíblicos do Espírito Santo ocorreu um momento de confraternização expandindo o debate sobre a ‘transformação social’ do DUDH, e na hora do cafezinho, podemos comentar as questão dos DUDH como um debate necessário e urgente a Ciência da Informação.

No que tange ao aprendizado sobre DUDH adquirido pelos interagentes, constatou-se a ampliação de conhecimento, uma vez que o método utilizado pautou-se na proposta freireana, em que o conhecimento deve ser socializado de forma dialógica, integrada, democrática e recíproca. A relação dialógica firmada com o mediador e os outros participantes permitiu a (re)construção de valores e de opiniões por parte do conhecimento prévio da Carta Magna do Brasil.

Os resultados concretos de capacitação um ponte e uma natureza que não são visíveis a curto prazo. Porém, sem dúvida esse trabalho e as sementes lançadas por esse Curso de Extensão tem muitos méritos, pois contribui para a formação de uma consciência ecológica infantil. Acreditamos que é através dessas ações, focados no aprendizado, que em um futuro próximo esses pequenos cidadãos exercerão os bons hábitos (orientações ao registro de violações dos direitos humanos e a documentação de casos) e ampliarão assim a sua cidadania ativa.

Além desses pontos positivos para a formação contínua para a vida, percebeu-se, também, que o curso de capacitação apresenta valor para se pensar à missão do recém-formado arquivista. Evidenciou-se que o conhecimento adquirido coletivamente contribuiu no desenvolvimento pessoal e comunitário, frisando que as violações dos direitos humanos devem ser documentadas.

REFERÊNCIAS

- ANNA, Jorge Santa. O encanto pela arquivística : relato de experiência de docência voluntária. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 4, p. 90-99, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n4.37157. Acesso em: 24 jul. 2022.
- BOLÍVAR, Antonio; DOMINGO, Jesús; FERNÁNDEZ, Manuel. **La investigación biográfico-narrativa en educación: enfoque y metodología**. Madri: La Muralla, 2001. 323 p.
- CHADE, Jamil. **ONU pede explicação por ameaças à democracia e direitos humanos no Brasil**. Notícias. UOL: Colunista do universo online s/a - reportagem, São Paulo, abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/04/16/onu-pede-explicacao-por-ameacas-a-democracia-e-direitos-humanos-no-brasil.htm>. Acesso em: 5 out. 2022.
- COSTA, Alessandro Ferreira; LIMA, Eliane Bezerra. A Representação Do Arquivista Em Obras De Ficção: Perspectivas Do Profissional Sob O Olhar Do Cinema E Da Televisão. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 103–119, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/12586>. Acesso em: 5 out. 2022.
- FERNANDES, Yrama; CANDAU, Vera. Direitos Humanos, Diferenças E Educação: desafios para o cotidiano escolar. **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 31, n. 01, p. 40–56, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i01.13436. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13436>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- FERNANDES, Marcos Aurélio. Consciência, vivência e vida: um percurso fenomenológico. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia , v. 16, n. 1, p. 29-41, jun. 2010 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672010000100005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 22 out. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.
- MIGUEL, Marcelo Calderari. Relato biblioteconômico de experiência sobre o curso Direitos Humanos para Transformação Social. *In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 29., 2022, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: FEBAB: Eixo 4 - Ciência da Informação: diálogos e conexões, set. 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2683>. Acesso em: 24 jul. 2022.

NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do; CULLETON, Alfredo Santiago. **As fases e as dimensões da vida: Lia, mas não escrevia - contos, crônicas e poesias** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS,[2014]. p. 158-161, 2014.

OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; VIANA, Marcos Besserman; SCHÜTZ, Gabriel Eduardo; TELES, Nair; FERREIRA, Aldo Pachec . Direitos humanos, justiça e saúde: reflexões e possibilidades. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 43, n. especial 4 dez, p. 9–14, 2019. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/3204>. Acesso em: 22 out. 2022.

SOUZA, Mayk. **Por Que Os Direitos Humanos São Importantes?** Plataforma digital Mídia 4P: coletivo de Entidades Negras – CEN, Salvador, out. 2019. Disponível em: <https://midia4p.cartacapital.com.br/por-que-direitos-humanos-sao-importantes/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SOUZA, Samantha Negrís de. **Direito e educação no caminho das lutas por emancipação: a Pesquisa-ação-participativa estruturante do projeto de Extensão “igualdade de gênero como ideal de justiça”**. Orientador: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer. 2021. 219 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2021. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/1172>. Acesso em: 24 jul. 2022.